

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR NA FACC E O
ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO**

RAFAELA COELHO MIRANDA

JUIZ DE FORA
2018

RAFAELA COELHO MIRANDA

A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR NA FACC E O ESTÁGIO
NÃO OBRIGATÓRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela acadêmica Rafaela Coelho Miranda ao curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Lilian Alfaia Monteiro

JUIZ DE FORA
FACC/UFJF
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me fortalecido e estado ao meu lado todo momento, por me proporcionar saúde e me permitir alcançar esta etapa tão importante e esperada da minha vida.

À minha família, principalmente minha mãe Adriana e meu pai Dnar e meu irmão Augusto, que me deram força e que com toda a dificuldade me proporcionaram chegar aonde cheguei, que nunca desistiram e sempre me ofereceram amor e carinho. Aos meus amigos que sempre estiveram do meu lado eu deixo uma palavra e uma promessa de gratidão eterna.

Aos Professores que me proporcionaram ver o mundo e o curso de forma clara e reflexiva, foi o empenho e confiança de todos que possibilitou tornar esse meu sonho possível.

A esta universidade e a toda sua direção eu deixo uma palavra de agradecimento por todo ambiente inspirador e pela oportunidade de concluir este curso.

A todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte do meu percurso eu agradeço com todo meu coração.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 16 de julho de 2018.

Rafaela Coelho Miranda

¹LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

²Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 12 dias do mês de Julho de 2018, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de Rafaela Coelho Miranda, discente regularmente matriculada no Bacharelado em Administração sob o número 201226039, intitulado “A Relação Entre a Formação do Administrador na FACC e o Estágio não Obrigatório”. Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente _____ (aprovado(a)/reprovado(a)). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Prof.

Lilian Alfaia Monteiro
(Orientadora)

Prof.

Lívia Almada Neves

Prof.

Renata de Almeida Bicalho Pinto

LISTA DE ABREVIATURAS

Conselho Federal de Educação	CFE
Departamento de Administração do Setor Público	DASP
Diretório Acadêmico	DA
Diretrizes Curriculares Nacionais	DCN
Escola Brasileira de Administração Pública	EBAP
Escola de Administração de Empresas de São Paulo	EAESP
Escola Superior de Administração de Negócios	ESAN
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	FACC
Fundação Getúlio Vargas	FGV
Instituto de Organização Racional do Trabalho	IDORT
Lei de Diretrizes e Bases da Educação	LDB
Projeto Pedagógico de Curso	PPC
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eixos de formação do Administrador pela FACC/UFJF	23
--	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados	29
Tabela 2 - Respectivos períodos	30
Tabela 3 - Em qual período começou a estagiar.....	32
Tabela 4 - Em qual (is) empresa (s) estagia (ou).....	33
Tabela 5 - Atividades desenvolvidas	34
Tabela 6 - Motivos para estagiar	34
Tabela 7 - Mudança na visão do curso depois do estágio	36
Tabela 8 - Percepção do estágio em relação à formação	37

RESUMO

O presente estudo buscou compreender como se dá a relação entre o estágio não obrigatório e a formação acadêmica em Administração na FACC/UFJF. Para isso foi considerado o que a literatura aponta sobre o tema e buscou-se contrastar tais informações com a percepção dos discentes do curso. Foram realizadas entrevistas com dez alunos matriculados nos mais diversos períodos do curso de Administração da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora através de um roteiro de questionamento previamente semi-estruturado. Observou-se que, para o grupo de discentes do curso de Administração da FACC o estágio desempenha papel fundamental no processo de formação para o mercado de trabalho, pois além de auxiliar para uma melhor formação, contribui também na permanência dos estudantes na graduação. As atividades desenvolvidas no contexto dos estágios são diversas e em geral é possível conciliar os conhecimentos aprendidos em sala de aula com os desenvolvidos através da experiência do estágio.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	7
LISTA DE QUADROS	8
RESUMO	10
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivo geral e objetivos específicos	13
1.2 Justificativa	13
1.3 Delimitação do estudo	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1.1 A história e a constituição da FACC/ UFJF	21
2.1.2 O Projeto Pedagógico do curso de Administração da UFJF	22
2.2 O Estágio como instrumento de formação	24
2.2.1 Natureza do Estágio	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1 Natureza da Pesquisa	29
3.2 Coleta de dados	29
3.3 Análise dos dados	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
ANEXOS	44
APÊNDICES	48

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Administração enquanto ocupação profissional e campo de ensino é recente no Brasil. Isso porque a importância da área administrativa e dos conhecimentos e técnicas dela decorrentes só foram percebidos de fato a partir do processo de industrialização que ganha forças em virtude da ascensão do modelo capitalista como sistema econômico mundial (VIZEU, 2008).

A nova forma de organização do espaço, de estruturação da sociedade e das relações de trabalho, agora centradas na acumulação de capital, traz consigo a necessidade de se incluir no mercado profissionais tecnicamente qualificados para lidar com a realidade complexa da gestão das indústrias em expansão (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2015). O ensino de Administração também foi influenciado por esse momento e justifica-se pelo imperativo da formação de mão de obra para ocupar os postos de trabalho criados à época.

No entanto, a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo não ocorreram de forma homogênea e países como o Brasil experimentaram tal processo de forma tardia, distintamente do que se observou em países europeus e nos Estados Unidos (STORK, 1983). Por esse motivo a temática do ensino da Administração e do surgimento da profissão de administrador só aparece no Brasil de forma efetiva a partir da década de 1930, no governo Vargas (PINTO; JUNIOR, 2012).

Tendo, portanto, a administração se desenvolvido enquanto campo profissional para se adequar fundamentalmente às necessidades mercadológicas (LOPES, 2002). Os currículos dos cursos de formação na área priorizavam a formação técnica e instrumental do discente, característica essa que foi se consolidando ao longo do tempo, a ponto de a formação do administrador tornar-se objeto de estudo para diversos pesquisadores.

Nesse contexto de apreciação crítica e histórica das bases que sustentam o desenvolvimento das ciências administrativas, cabe analisar qual o papel dos principais componentes curriculares na formação do administrador.

Um desses componentes é o estágio. Durante muito tempo o estágio foi atividade obrigatória para os cursos de Administração, muito em virtude da própria proposta de formação do discente que foi citada nos parágrafos anteriores. Em 2005, porém, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração, o estágio tornou-se opcional. No entanto, por se tratar de prática comum entre os discentes e também por ser um importante meio de interseção entre a teoria aprendida em sala de

aula e a prática, o presente estudo adota como tema a relação entre a formação do administrador e o estágio não obrigatório.

Considerando ainda que a percepção do discente sobre determinado componente curricular está associada às características do próprio processo de formação ao qual é submetido, busca-se analisar o contexto específico da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACC/UFJF). Para tal questiona-se: como é a relação entre o estágio não obrigatório e a formação acadêmica em Administração na FACC/UFJF?

1.1 Objetivo geral e objetivos específicos

Na tentativa de responder a esse problema define-se o seguinte objetivo geral: compreender a relação entre a formação do administrador na FACC e o estágio não obrigatório realizado pelos discentes. Para alcançar esse objetivo geral são colocados quatro objetivos específicos:

- a) Levantar a área de atuação das empresas onde os discentes realizam o estágio não obrigatório;
- b) Levantar as atividades realizadas pelos estagiários;
- c) Comparar o que é realizado no estágio não obrigatório e o que propõe a formação curricular do administrador na FACC de acordo com a percepção dos discentes;
- d) Compreender o papel do estágio não obrigatório na formação acadêmica dos alunos de administração da FACC/UFJF;

1.2 Justificativa

Quando se fala em interseção entre prática e teoria no cenário de formação profissional o estágio surge como atividade predominante. O mercado de trabalho exige profissionais cada vez mais preparados para assumir as funções e o contato prévio com a prática complementa a formação do discente e o prepara para o exercício da profissão.

Podendo o administrador exercer atividades variadas em diversos tipos de organizações, a vivência por meio do estágio é importante para a formação do futuro gestor que pode acompanhar os processos de tomada de decisão e compreender como a teoria aprendida em sala de aula se efetiva nos contextos de prática.

Essa percepção de que a realização do estágio seria componente para uma formação de qualidade, é influenciada também pelo próprio contexto de surgimento dos cursos de Administração e da construção da imagem do administrador profissional.

No entanto, cabe ressaltar que o estágio é visto como componente em diversos cursos, e por esse motivo muitos ainda o adotam como componente obrigatório para a obtenção do diploma de graduação. Por esse motivo justifica-se estudar como a realização do estágio se relaciona com a formação acadêmica, buscando entender o quanto o discente o considera importante para sua formação profissional.

1.3 Delimitação do estudo

A universidade se mostra como um campo rico em termos de possibilidade de desenvolvimento de estudos. Por esse motivo a pesquisa foi realizada na cidade de Juiz de Fora, com um grupo de 10 discentes do curso de Administração da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF. A conveniência e relativa facilidade na obtenção dos dados foi o que motivou a escolha por esse campo de pesquisa. Além disso, é essencial para as instituições de ensino superior entender a percepção do seu corpo discente sobre diversos aspectos referentes ao processo de formação, até mesmo para propor melhorias e adequações.

Para atender a esta proposta de pesquisa o presente estudo é composto por quatro seções, além desta introdutória. A segunda seção traz os pressupostos teóricos que sustentam o estudo; mostra-se o histórico de desenvolvimento da carreira e da formação acadêmica em Administração, além da discussão sobre o Projeto Pedagógico de Curso para a graduação em Administração na FACC e sobre o estágio enquanto instrumento de formação. Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A quarta apresenta os resultados extraídos das entrevistas realizadas com os discentes e as conclusões obtidas. A última seção, por fim, traz as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O histórico dos cursos de Administração no Brasil

A constituição da Administração enquanto formação profissional está historicamente relacionada ao desenvolvimento do sistema capitalista, que tornou-se possível “graças à industrialização econômica e social e ao processo de racionalização das instituições que se deu com a transformação da mentalidade impressa na atividade econômica” (VIZEU, 2008, p.38). A expansão da atividade comercial, o crescimento e proliferação dos centros industriais, as mudanças na estrutura social e na organização do trabalho e a necessidade de adoção de técnicas capazes de sustentar as transformações decorrentes do desenvolvimento desse sistema foram pano de fundo para o surgimento do administrador profissional.

Tendo em vista que o processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreu de forma tardia, a história da Administração enquanto formação acadêmica no país é recente.

O país atravessou três fases distintas quando se considera o caminho para a modernização: o período colonial, em que funcionava como colônia de exploração; a segunda, no século XIX, caracterizada pela predominância do modelo primário-exportador quando fornecia produtos agrícolas para países da Europa capitalista; e a terceira, no século XX, que se sustentava através do modelo de substituição das importações (STORCK, 1983).

Na primeira fase a atividade industrial era irrelevante; na segunda, a indústria têxtil começa a se desenvolver e são realizados alguns investimentos em infraestrutura, ainda que os interesses estivessem voltados para as exportações no setor primário; é na terceira fase que a industrialização começa a se consolidar efetivamente no país (STORCK, 1983). É a partir desse momento que se acentua “a necessidade de mão de obra qualificada [para ocupar os postos de trabalho nas indústrias que se instalavam no país] e, conseqüentemente, da profissionalização do ensino em Administração [buscando formar mão de obra para ocupar os postos a serem gerados à medida que a industrialização se intensificasse]” (SINDAECE, 2015, p.1).

A consolidação do ensino em Administração no Brasil foi marcada por cinco momentos: “seu surgimento, a influência do modelo americano, a regulamentação da

profissão e do ensino, a tentativa de se atualizar e o novo modelo regulatório” (NICOLINI, 2004, p.7).

No início do século XX o Brasil passava por um processo de expansão comercial e a necessidade de adequação às exigências desse setor levaram à criação, em 1902, dos primeiros cursos voltados ao estudo das Ciências Administrativas, ministrados por duas faculdades particulares, a Escola Álvares Penteado em São Paulo e a Academia de Comércio no Rio de Janeiro (NICOLINI, 2004; PINTO e JUNIOR, 2012). Nessa época, porém, o ensino de Administração não havia sido regulamentado, o que só aconteceu em 1931, a partir do Decreto nº 20.158, que instituiu o curso superior de Administração e Finanças como componente do ensino comercial.

A partir de 1930, com o governo Vargas, a temática do ensino de administração e do surgimento da profissão de administrador assume destaque em virtude das transformações ocorridas na estrutura econômica do país, quando

ainda sobre o impacto da crise de 1929 e em contraposição à oligarquia rural paulista e mineira, o novo governo federal incentivou o desenvolvimento do setor industrial do país. O modelo econômico começou a mudar de agrário exportador para industrial. [...] O novo cenário exigiu um profissional mais qualificado para atender a demanda das novas organizações públicas e privadas: o Administrador (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2015, p. 29).

Nesse cenário, pode-se destacar a criação de três instituições que forneceram as bases para que posteriormente fossem criados os cursos de Administração. Em 1931 foi criado em São Paulo o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) que tinha como objetivo “identificar os principais pesquisadores da administração clássica e científica e disseminar suas respectivas teorias, com vistas a aprimorar a capacidade gerencial dos profissionais e trazer soluções para os problemas relacionados com a administração das empresas em geral” (PINTO e JUNIOR, 2012, p. 7).

A ideia de criação do IDORT surgiu através de um grupo de profissionais e intelectuais que tinham grande interesse pelos projetos voltados à modernização do país, como “a questão da capacitação da mão de obra fabril, a racionalização da produção, o aprimoramento tecnológico da indústria nacional e mesmo a modernização da máquina estatal no que tange o suporte à atividade industrial” (VIZEU, 2008, p.150). Além disso, o projeto de criação de um instituto que disseminasse as doutrinas administrativas que se desenvolviam rapidamente nos Estados Unidos e na Europa naquele momento servia de

justificativa para a superação da crise que assolava o mundo na década de 1920 (VIZEU, 2008).

O IDORT foi considerado a primeira instituição latino-americana de treinamento em Administração, uma vez que se propunha a difundir os ideários da administração científica aos empresários do Rio e São Paulo (COELHO, 2006).

Em 1938 o governo criou o Departamento de Administração do Setor Público (DASP) que buscava instituir um modelo de serviço público baseado na eficiência e criar meios mais democráticos para recrutamento de profissionais para a área pública (PINTO e JUNIOR, 2012).

O DASP foi criado para operacionalizar a reforma administrativa proposta pelo Estado (WAHRLICH, 1984). Executava ações de administração de pessoal, material e orçamento e servia de órgão de assessoria à presidência. Sua contribuição para a disseminação do ensino de Administração está ligada à introdução da temática da administração pública enquanto ação de treinamento e desenvolvimento no bojo da política de recursos humanos (COELHO, 2006).

Em 1944, visando desenvolver a pesquisa e o ensino em Administração e formar profissionais para o exercício das atividades administrativas, foi criada a Fundação Getúlio Vargas (FGV) (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2015), fundação esta que deu origem, em 1952, à Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) no Rio de Janeiro e dois anos depois à Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) (NICOLINI, 2003; PINTO e JUNIOR, 2012).

Nos anos iniciais a EBAP priorizava o treinamento de funcionários públicos e foi gradualmente mudando seu foco para o incentivo da educação para o serviço público (WAHRLICH, 1965).

A criação da EBAP já traz a influência norte-americana no ensino da Administração. Isso porque, nos Estados Unidos, o desenvolvimento das Ciências Administrativas e das instituições voltadas ao ensino da Administração ocorreu de forma muito mais precoce que no Brasil. Assim, através da cooperação estabelecida entre Brasil e Estados Unidos ao fim da Segunda Guerra Mundial, representantes da FGV tiveram a oportunidade de visitar diversas instituições de ensino de Administração Pública nos Estados Unidos e foi a partir desse contato com o ensino norte-americano que surgiu a EBAP (NICOLINI, 2003).

Cabe ressaltar que um pouco antes da criação da FGV e dos cursos oferecidos por ela, em 1941 já havia sido criada a Escola Superior de Administração de Negócios

(ESAN), considerada a primeira escola de Administração do Brasil e da América Latina. Fundada pelo padre jesuíta Roberto Sabóia de Medeiros e inspirada no modelo de graduação oferecido pelo curso de Administração da Universidade de Harvard, o curso tinha duração de dois anos e contava com mais um ano de especialização (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2015). Percebe-se aqui também a influência do modelo de ensino oferecido nos Estados Unidos.

O contato desse modelo de ensino norte-americano se tornou mais intenso quando o governo brasileiro firmou um convênio com o governo dos Estados Unidos em 1959 instituindo o Programa de Ensino de Administração Pública e de Empresas, cuja finalidade era “formar professores para o ensino de Administração Pública e de Empresas, visando dotar o governo e a área privada de técnicos competentes para promoverem o desenvolvimento econômico e social” (NICOLINI, 2003, p. 46). Como resultado, foram enviados bolsistas brasileiros para universidades dos Estados Unidos e professores norte-americanos especializados em Administração Pública e de Empresas vieram ao Brasil (FISCHER, 1984; NICOLINI, 2004).

Outro marco da história da Administração é a regulamentação da profissão e do ensino que vai abrir espaço para expansão dos cursos na área. A regulamentação da profissão através da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, foi reflexo da reivindicação de “profissionais dos setores público e privado, dirigentes de organizações, docentes e formandos das IES de ensino da Administração, entidades de classe e associações representativas da profissão” (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2015, p. 38). A Lei instituiu a categoria de Técnico de Administração e tornou o exercício da profissão privativo

- a) dos bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;
- b) dos diplomados no exterior, em cursos regulares de Administração, após a revalidação do diploma no Ministério da Educação e Cultura, bem como dos diplomados, até à fixação do referido currículo, por cursos de bacharelado em Administração, devidamente reconhecidos;
- c) dos que, embora não diplomados nos termos das alíneas anteriores, ou diplomados em outros cursos superiores e de ensino médio, contem, na data da vigência desta lei, cinco anos, ou mais, de atividades próprias no campo profissional de Técnico de Administração definido no art. 2º (BRASIL, 1965, art. 2º).

A denominação dessa categoria proposta pela Lei reforça a lógica que impulsionou o surgimento do ensino de Administração, que é a de formação de mão de obra técnica para o exercício de atividades voltadas ao projeto de modernização e desenvolvimento econômico do país (LOPES, 2002).

O ensino da Administração foi regulamentado em 1966 por meio do Parecer 307/66 do Conselho Federal de Educação (CFE), que definia o currículo mínimo e a duração do curso de graduação que conferia ao formando o título de Técnico de Administração (NICOLINI, 2004; PINTO e JUNIOR, 2012). O currículo procurou agrupar matérias de cultura geral, que tinham como objetivo propiciar o conhecimento sobre o fenômeno administrativo e as condições de seu desenvolvimento, matérias instrumentais, que procuravam oferecer modelos e técnicas conceituais e operacionais e matérias de formação profissional (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2017).

Compreendia, assim, matemática, estatística, contabilidade, economia brasileira, teoria econômica, sociologia e psicologia aplicadas à Administração, instituições de Direito Público e Privado, legislação tributária e social, teoria geral da Administração, administração financeira e orçamento, de material e de pessoal; e além disso, o aluno deveria optar entre as disciplinas de Direito Administrativo e Administração da Produção e Vendas e realizar um estágio supervisionado com duração de seis meses para receber o diploma (PINTO e JUNIOR, 2012; CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2017)

Esse currículo permaneceu por 27 anos até ser regulamentado em 1993 pela Resolução nº 02/93. As discussões sobre a reformulação do currículo mínimo surgiram no Seminário Nacional sobre Reformulação Curricular dos Cursos de Administração que aconteceu em 1991 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O seminário reuniu cursos de Administração do país inteiro e resultou na apresentação de uma proposta de currículo mínimo a ser encaminhada ao Conselho Federal de Educação para aprovação (NICOLINI, 2004).

A proposta aprovada instituiu a carga horária de 3000 horas para o curso, sendo que dessas, 720 horas deveriam ser destinadas às disciplinas de formação básica e instrumental (economia, direito, matemática, estatística, contabilidade, filosofia, psicologia, sociologia e informática), 1020 horas para disciplinas de formação profissional (teorias da administração, organização, sistemas e métodos, administração mercadológica, da produção, de recursos humanos, financeira e orçamentária, de recursos

materiais e patrimoniais e de sistemas de informação), 960 horas para disciplinas eletivas e complementares e 300 horas para a realização do estágio supervisionado (PIZZINATTO, 1999; NICOLINI, 2004).

A estrutura curricular dos cursos de Administração passou por uma terceira fase de mudanças decorrentes da promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que permitiu discutir o ensino não só na área de Administração, mas também em outras áreas do conhecimento. Através do Parecer n. 776/97, o Conselho Nacional de Educação propôs que as áreas formulassem as diretrizes curriculares dos cursos tendo como base a nova lei aprovada (NICOLINI, 2004). Para a área de Administração as novas diretrizes foram discutidas no Seminário Nacional sobre Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Administração, realizado em 1998 em Florianópolis, e em outros seminários de caráter regional (NICOLINI, 2004).

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, em nível de Bacharelado, então discutidas, foram instituídas apenas em 2004, a partir da Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação e substituída, junto com a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, pela Resolução nº 4 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação publicada em 2005 (PINTO E JUNIOR, 2012).

Com as diretrizes nacionais o modelo de currículo mínimo deixa de ser utilizado (NICOLINI, 2004), o que confere maior flexibilidade aos cursos na definição de seus planos pedagógicos, como pode ser percebido através do artigo a seguir:

Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando (BRASIL, 2005, art. 5º).

Para Pinto e Junior (2012) as novas diretrizes permitem que os planos pedagógicos sejam elaborados a partir das especificidades locais, possuindo, assim, autonomia para definir seus projetos buscando a formação do profissional de Administração demandado pelo mercado. No entanto, segundo Kerch (2016), muitas instituições não aproveitam a liberdade concedida para elaborar uma proposta original, o que resulta em diversos cursos com uma proposta de ensino muito semelhante, quando não idêntica; o problema, ainda segundo Kerch é que essa proximidade pedagógica reflete na formação dos profissionais de Administração, que mesmo lidando com contextos distintos, com necessidades diferentes, acabam possuindo uma forma homogênea.

2.1.1 A história e a constituição da FACC/ UFJF

A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF só assumiu tal configuração em setembro de 2010 quando o curso de Ciências Contábeis foi aprovado (FACC, 2018). Antes disso, no entanto, outras configurações foram observadas.

Como já discutido, a história da constituição dos cursos de Administração no Brasil tem forte relação com a expansão comercial observada no país. O curso de Administração e Finanças de Juiz de Fora foi criado em 1941. Era sediado nas dependências da Academia de Comércio, tinha duração de três anos e conferia o título de bacharel em Ciências Econômicas (FACC, 2018).

Em 1956 a faculdade foi transferida para uma sede própria e em 1959 foi aprovado, pela Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora, o anteprojeto para criação da Universidade Federal de Juiz de Fora que foi concretizado em 1960 quando o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, sancionou a Lei 3.858 (FACC, 2018). Tal fato consolidou a Faculdade de Economia como instituição pertencente à universidade pública (FACC, 2018).

Quando o curso de Administração foi criado, em 1988, a faculdade passou a ser chamada Faculdade de Economia e Administração (FEA). Ao final da década de 1990 a faculdade começou a oferecer cursos de especialização na área gerencial (FACC, 2018).

O aumento da abrangência do curso de Economia principalmente após a criação do mestrado em Ciências Econômicas acabou por viabilizar a separação dos cursos, de modo que em 2010 foi criada a Faculdade de Administração que propôs imediatamente a criação do curso de Ciências Contábeis de acordo com o plano de Reestruturação e

Expansão das Universidades Federais – REUNI (FACC, 2018) e gerou a configuração que se observa atualmente.

Enquanto Faculdade de Administração e Ciências Contábeis passou-se a oferecer o curso de Administração Pública (no Brasil e em Moçambique) na modalidade semipresencial, além dos cursos de especialização em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão Pública de Organizações de Saúde (FACC, 2018).

A FACC obteve da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a autorização para oferecer o mestrado acadêmico em Administração e o mestrado profissional em Administração Pública (FACC, 2018).

2.1.2 O Projeto Pedagógico do curso de Administração da UFJF

Considerando toda a evolução dos projetos pedagógicos dos cursos de Administração, cabe analisar o projeto atual do curso oferecido na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFJF, de modo a compreender posteriormente se as atividades realizadas pelos discentes no contexto dos estágios não-obrigatórios contribuem efetivamente para a construção do perfil esperado pela instituição. O projeto foi revisto em 2014 e ajustado em 2017 e tais mudanças foram motivadas, sobretudo, pela necessidade de reformulação das bases curriculares em função da ampliação dos conhecimentos na área e das demandas e necessidades tanto dos discentes, quanto da própria faculdade que se renova ao longo do tempo (FACC, 2017).

O novo currículo traz como inovação a valorização da formação plural do discente e busca “ampliar sua constituição enquanto sujeito, cidadão e administrador de diversos tipos e portes de organizações, diferentemente do padrão tradicional de preparar o futuro profissional apenas e prioritariamente para a gerência de empresas de grande porte, especialmente indústrias” (FACC, 2017, p.8). Nota-se a preocupação da instituição em superar o modelo de formação do administrador até então predominante, reflexo do contexto histórico limitado de constituição de uma classe de profissionais tecnicamente preparados para lidar basicamente com os desafios da gestão do setor industrial em expansão no país.

Para tanto o currículo traz disciplinas voltadas para a área de gestão pública, gestão social e empreendedorismo e, além disso, oferece uma carga metodológica maior ao discente, de modo a prepará-lo não só para a prática profissional, mas também para a prática da pesquisa científica (FACC, 2017), muitas vezes negligenciada no contexto dos cursos.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) também considera como componente da formação plural do discente a participação em projetos de extensão e de pesquisa, além do acesso a disciplinas eletivas e opcionais que permitem um contato maior com outros departamentos estimulando o caráter multidisciplinar das discussões realizadas no ambiente acadêmico (FACC, 2017).

O quadro a seguir sintetiza a proposta desenvolvida na FACC/UFJF para a formação do discente. Tal proposta conta com dois eixos básicos e dois transversais que transpassam os primeiros:

Quadro 1 - Eixos de formação do Administrador pela FACC/UFJF

	Eixo de Formação	Descrição
E i x o s B á s i c o s	ADMINISTRAÇÃO GERAL E DE EMPRESAS	Eixo tradicional da área de administração, cujo enfoque recai, geralmente, sobre os aspectos organizacionais, profissionais e funcionais. No entanto, o enfoque não deve se limitar a tal perspectiva. Ao contrário, as disciplinas devem não apenas instrumentalizar o estudante para seu trabalho cotidiano, como devem proporcionar um debate reflexivo e crítico sobre sua atuação. Ao mesmo tempo, espera-se que a reflexão e a instrumentalização não se limitem a um tipo ou outro de empresa. Antes, espera-se uma abordagem mais ampla, que possa ser integrada, inclusive, aos demais eixos formativos.
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	Este eixo deve ser capaz de proporcionar ao estudante uma reflexão sistemática acerca das questões que envolvem o campo de públicas preparando-o para uma análise e discussão contextualizada. Neste sentido, pressupõe-se que a discussão aqui não se limite a uma mera transposição das questões da administração privada para o campo de instituições e organizações públicas. Ao contrário, privilegiam-se questões controversas e polêmicas, que envolvem as dimensões institucional, política, organizacional, social, econômica, cultural, ambiental e assim por diante. Ao mesmo tempo, as disciplinas devem instrumentalizar o estudante para tratar de tais questões. Além disto, este eixo trata de arranjos organizacionais e lógicas gerenciais que não são derivações da razão instrumental. Em outros termos, eles pretendem apresentar um contraponto à organização burocrática e à gestão estratégica. Tais construtos, embora hegemônicos, não esgotam as possibilidades de estrutura e ação organizacional. A presença desse eixo na proposta pedagógica do curso justifica-se, pois o egresso poderá lidar com organizações (como adhocracias e ONGs, sindicatos associações, cooperativas, partidos políticos, movimentos sociais, dentre outras) nas quais valores, visões de mundo e processos dialógicos são importantes na definição de fins e meios.
E i x o s T r a n s v	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	Este eixo deve proporcionar uma reflexão sistemática acerca das questões ligadas ao empreendedorismo em suas diversas facetas, seja o empreendedorismo de negócios, seja o social e assim por diante. Pressupõe-se uma realidade social complexa que não diz respeito apenas às grandes corporações e/ou multinacionais, tradicionalmente estudadas. Assim, o estudo do empreendedorismo deve contemplá-lo sob seus diversos aspectos, por exemplo, o empreendedorismo como "solução econômica", como comportamento ou atitude, como "modo de vida", como meio para ação, como alternativa ao desemprego e assim por diante. Também deve proporcionar ao estudante instrumentos e métodos de análise, investigação e intervenção.

e r s a i s	PESQUISA	Este eixo visa capacitar e instrumentalizar o estudante para que ele seja capaz de pensar, analisar, elaborar e agir criticamente em relação à realidade social, organizacional e individual. Também devem contribuir no sentido de possibilitar ao aluno a condição de pensar de forma histórica, contextualizada, sistemática e relacional. Neste sentido, os aspectos metodológicos, epistemológicos e ontológicos não devem se limitar a concepções meramente quantitativas, conforme consta das DCN para o curso. Ao contrário, os aspectos científicos não devem estar atrelados a este ou aquele paradigma, permitindo, portanto, um pensamento ampliado e crítico. Deste modo, as disciplinas devem contribuir não apenas para as competências preconizadas nas DCN (incisos I a VIII), como também, e talvez principalmente, preparar o estudante para o agir consciente, reflexivo, criativo, ético e crítico.
----------------------------	----------	--

Fonte:FACC, 2014.

De modo a atender aos objetivos dos eixos básicos e transversais as disciplinas foram divididas em quatro grupos, definidos com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN): (1) Conteúdos de Formação Básica, que englobam as disciplinas de Elementos de Cálculo, Instituições de Direito, Introdução a Sistemas de Informação, Economia, Estatística Econômica, Macroeconomia, Matemática Financeira, Microeconomia, Psicologia aplicada à Administração e Sociologia; (2) Conteúdos de Formação Profissional, que compreende as disciplinas de Administração Pública, Estratégia, Estudos Organizacionais, Gestão de Marketing, Gestão de Operações, Gestão de Pessoas, Gestão Financeira, Pesquisa de Marketing e Pesquisa Operacional; (3) Conteúdos de Formação Metodológica, com Introdução à Administração, Metodologia científica e TCC; e (4) Conteúdos de Formação Complementar, que englobam as disciplinas opcionais e eletivas (FACC, 2017).

O PPC também traz a questão da integração entre a prática e a teoria e estabelece os meios pelos quais essa integração se realiza. Destaca-se a realização de visitas técnicas em organizações diversas, a participação de profissionais externos em sala de aula, a participação dos discentes na CAMPE, empresa júnior que realiza projetos de consultoria e conta o suporte de professores da FACC na orientação dos alunos e condução dos projetos, a participação em projetos de extensão e laboratórios (FACC, 2017). Nesse ponto vale indicar que o estágio não aparece aqui pois sua realização na FACC deixa de ser obrigatória na grade curricular do discente, como será discutido no próximo tópico.

2.2 O Estágio como instrumento de formação

O estágio foi instituído pela Lei nº 6.494 de 7 de dezembro de 1977 (BRASIL, 1977) e alguns anos depois, regulamentado pelo Decreto nº 87.497 de 18 de agosto de 1982 (BRASIL, 1982). De acordo com o decreto acima, o estágio é um mecanismo

responsável por contribuir na aprendizagem social, profissional e cultural. Além disso, deve ser desenvolvido sob acompanhamento da coordenação da instituição de ensino (BRASIL, 1982).

Com o desenvolvimento dos cursos de formação e a necessidade de desenvolver as capacidades técnicas de indivíduos, casando a teoria com a prática, surgiu a necessidade de uma alteração na Lei do estágio. Deste modo, em 2008, a Lei nº 11.788 surgiu no intuito de revogar a Lei nº 6.494 de 1977, primeira Lei de estágio criada no país.

De acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o estágio é uma ferramenta educativa e deve ser desenvolvido em ambiente de trabalho, tendo em vista a preparação de indivíduos para o trabalho produtivo (BRASIL, 2008, Art. 1º). Para que o mesmo possa contribuir efetivamente na formação de novos profissionais é necessário que esteja alinhado ao projeto pedagógico do curso. Assim determina:

- i) O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando;
- ii) O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008, Art. 1º).

Conforme nos mostram Festinalli, Canopf e Bertuol (2007, p. 302) a lei de estágio é responsável por revelar uma intenção de aproximação dos estudantes com o mercado de trabalho, como complemento da formação.

Ainda com base na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, a atividade de estágio pode se apresentar de maneira obrigatória, tanto quanto não-obrigatória. Assim, cabe contextualizar a natureza do estágio.

2.2.1 Natureza do Estágio

Segundo a Lei nº 11.788 que dispõe sobre o estágio para estudantes matriculados em cursos regulares, o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório de acordo com o projeto pedagógico de cada curso (BRASIL, 2008, Art. 2º). Deste modo, entende-se:

- i) Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;
- ii) Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (BRASIL, 2008, Art. 2º).

De acordo com Festinalli *et al.* (2007) a partir de 2005, após a aprovação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Administração, o estágio passou a ser um elemento opcional para o currículo do curso. Assim, para atendimento dos objetivos propostos neste trabalho, somente o estágio não-obrigatório será levado em consideração, tendo em vista, sua natureza no curso em questão.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, o estágio não é considerado obrigatório e tem por finalidade, “proporcionar ao discente condições de aperfeiçoamento pessoal, sociocultural, acadêmico e profissional por meio de sua integração ao mercado de trabalho” (FACC, 2017). Tornam-se objetivos do estágio:

- i) viabilizar ao discente participação efetiva, sob supervisão, em um ambiente de trabalho, oportunizando a aprendizagem a partir de experiências práticas;
- ii) fomentar o desenvolvimento do espírito crítico do discente em relação ao ofício de Administrador;
- iii) aproximar o discente de atividades próprias da profissão de Administrador, para que este se familiarize com funções gerenciais, como planejamento, organização, direção e controle;
- iv) favorecer a integração do meio acadêmico com organizações públicas e privadas;
- v) contribuir para o aprimoramento de processos nas unidades concedentes do estágio (FACC, 2017).

A realização do estágio, seja qual for sua natureza, é recorrente no meio acadêmico, isso porque fundamentalmente a proposta dos cursos é a preparação para o mercado de trabalho e por esse motivo desenvolveu-se a percepção de que o estágio é etapa importante para a formação do discente que tem a oportunidade de se aproximar da rotina de trabalho a ser realizada após a faculdade, assumindo as responsabilidades de forma gradativa e sempre supervisionada, o que gera maior segurança. Na Administração, a importância do estágio

decorre da constatação de que administradores não devem ser formados exclusivamente em sala de aula. A sala de aula garante o contato inicial com capacidades, conhecimento e aquisição de bases científicas, [mas] isso parece ser insuficiente, uma vez que administrar envolve em grande parte a conjugação de ciência e técnicas aplicadas às organizações (ALMEIDA, LAGEMANN e SOUSA, 2006, p.1).

Nesse ponto surge uma preocupação em termos da qualidade do estágio a ser realizado pelo discente. Já se mostrou que a literatura considera a realização do estágio de grande importância para a formação do administrador, uma vez que é a partir dele que

o aluno vivência o cotidiano das práticas administrativas e pode assimilar conceitos e técnicas essenciais para o exercício da função. No entanto, mais do que sair atrás de uma oportunidade de estágio, tanto cabe ao discente avaliar as possibilidades que aparecem, quanto cabe à instituição de ensino acompanhar as vagas oferecidas pelas empresas parceiras buscando analisar se as atividades a serem realizadas efetivamente contribuem para a formação profissional do aluno e se estão em consonância com as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo administrador em formação segundo o que indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso.

O Regulamento de Estágio do Curso de Administração da FACC/UFJF reforça a corresponsabilidade dos alunos e da instituição de ensino no processo de realização de estágio ao trazer as atribuições dos estagiários, dos professores orientadores e da Comissão de Orientadora de Estágios (COE), “integrada por dois docentes titulares e um suplente, todos eleitos pelo Colegiado do Bacharelado em Administração” (FACC, 2017, p. 94).

A COE cabe, em linhas gerais, fornecer orientação e informação sobre as legislações que regulam a realização do estágio não-obrigatório, prestar esclarecimentos sobre o estabelecimento de convênios, divulgar as oportunidades de estágio na área, discutir sobre problemas administrativos e disciplinares gerados no processo de estágio e deliberar sobre as demandas de professores orientadores e estagiários (FACC, 2017).

Os professores orientadores ficam responsáveis por acompanhar a realização do estágio e fornecer o suporte necessário no acompanhamento das atividades desenvolvidas (FACC, 2017), avaliando se as mesmas condizem com o plano de estágio elaborado, com as diretrizes curriculares e com o que se espera para a formação do discente.

Aos discentes cabe basicamente executar as atividades previstas, conhecer e cumprir as determinações do regulamento de estágio e legislações pertinentes (FACC, 2017).

Cabe destacar que o regulamento também estabelece que

Art. 11º - Os discentes somente poderão realizar estágios não obrigatórios a partir do 3º período letivo, desde que tenham cursado, com aproveitamento, todas as disciplinas dos períodos anteriores. Essa exigência será mantida, independentemente da carga horária integralizada pelo discente candidato ao estágio (FACC, 2017, p.95).

Tal exigência permite ao discente adquirir certa carga teórica para que possa aplicar os conhecimentos ao desenvolver suas atividades, condição indispensável para a realização de um estágio que efetivamente contribua para formação profissional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Natureza da Pesquisa

A natureza da pesquisa em questão é qualitativa. De acordo com Godoy (1995) levar em consideração o contato direto do pesquisador com a situação estudada, é o que torna a pesquisa qualitativa.

Seu caráter é descritivo, tendo em vista, que existe uma preocupação pelo entendimento do fenômeno e sua complexidade como um todo (GODOY, 1995).

Optou-se por utilizar como técnica de pesquisa o estudo de caso, por se tratar da relação do estágio de estudantes do curso de Administração, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC). Através deste método de pesquisa, torna-se possível responder questões do tipo “como” e “por que”, levando em consideração o fato de o pesquisador ter pouco controle sobre os eventos e pelo foco se encontrar em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 19).

3.2 Coleta de dados

A coleta dos dados ocorreu por meio de entrevistas, tendo em vista que estas apresentam-se como uma estratégia fundamental na investigação qualitativa (GODOY, 1995).

Foram realizadas 10 entrevistas semi-estruturadas, elaboradas e amparadas nos objetivos propostos e na teoria. As coletas foram realizadas nas datas de 16 e 17 de maio de 2018. Todas as entrevistas foram gravadas e o sigilo na identificação dos atores totalmente guardado em relação à análise, o roteiro de entrevista encontra-se no apêndice.

A escolha dos entrevistados foi realizada de modo aleatório, através da rede de contatos estabelecidas na própria instituição. Deste modo, foram entrevistados estudantes com idade entre 20 e 23 anos, que compõe o núcleo de alunos da FACC, nos respectivos períodos: quinto, sétimo, nono e desperiodizados, conforme vemos nos quadros a seguir:

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados

Idade	Gênero		Somatório número de alunos
	M	F	
20	2	1	3
21	-	3	3
22	1	-	1
23	2	1	3

De acordo com o regulamento de estágios da FACC, em anexo neste trabalho, as atividades de estágio são liberadas somente a partir do terceiro período de graduação. Deste modo, optou-se por entrevistar estudantes da metade do curso em diante, tendo em vista que os mesmos já carregam uma bagagem de conhecimento mais desenvolvida do que, aqueles dos períodos iniciais.

Outro fator levado em consideração na escolha em questão, está ligado ao fato de que é neste momento do curso, que os discentes tem um contato mais profundo com disciplinas ligadas a certas áreas da administração, tais como administração financeira, administração da produção, administração mercadológica e administração de recursos humanos.

Tabela 2 - Respectivos períodos

Período	Ano de Ingresso	Número de alunos
5º	2016	4
7º	2015	4
9º	2014	1
Desperiodizados	2013	1

3.3 Análise dos dados

Para a análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo, que consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a fala dos entrevistados (BARDIN, 1995). Foram utilizados, portanto, os procedimentos descritos abaixo:

- a) num primeiro plano, ocorreu a transcrição dos áudios de forma integral;
- b) agrupamento das respostas e construção de tabelas frequenciais;
- c) seleção de extratos textuais a partir de categorias

A categoria de entrevistados, conforme citado anteriormente, é composta por estudantes do curso de Administração da FACC/UFJF, matriculados respectivamente, a partir do 5º período em diante e que estão desenvolvendo atividades de estágio.

Deste modo, buscou-se compreender quais as empresas onde os estudantes atuam ou atuaram, tais como, públicas ou privadas, que atividades desenvolveram, motivos que os levaram a estagiar bem como mudança de visão e percepção do curso após o desenvolvimento do estágio.

Cada ator da pesquisa recebeu um código alfanumérico, que compreende de E01 até E10, apontando o Entrevistado e seu número correspondente. Deste modo, as

respostas foram agrupadas conforme análise frequencial e também foram selecionados os extratos textuais mais significativos, conforme análise temática. da análise de conteúdo.

Logo em seguida foram geradas as tabelas com a frequência de respostas dos entrevistados. É possível notar que as tabelas geradas apresentam um somatório de respostas maior que dez, tendo em vista que era possível listar mais de um motivo para cada pergunta. Na próxima seção traremos o estudo de caso em questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após um levantamento inicial a respeito da idade, período de graduação e ano de ingresso no curso, os estudantes foram questionados em relação ao período inicial das atividades relacionadas ao estágio, ou seja, qual o primeiro contato dos mesmos com a atividade de estagiário.

Conforme a tabela 1 nos mostra, mais da metade dos estudantes entrevistados, iniciou as atividades de estágio entre o 3º e 5º período respectivamente. Segundo relatos apresentados por eles, começar em um estágio nos primeiros períodos da faculdade auxilia no aprendizado, contribui para uma remuneração extra, além é claro de ser um facilitador para o mercado de trabalho.

Tabela 3 - Em qual período começou a estagiar

Respostas	Frequência
3º Período	3
5º Período	3
4º Período	1
2º Período	1
Desperiodizado	1

Como já discutido anteriormente, o Regulamento de Estágio do Bacharelado em Administração da FACC/UFJF estabelece que o aluno só pode realizar estágio a partir do 3º período do curso. No entanto, E01 comenta que desde o início se interessou pelos estágios e que recorreu ao Diretório Acadêmico (DA) e a coordenação do curso, para que fossem liberados aos estudantes do primeiro período:

[...] aqui na FACC não... não poderia né?! Mas aí, eu pedi, eu conversei direto com o coordenador do curso na época. E aí eu pedi pro DA também intervir né?! Então eles acabaram liberando não só para mim, mas para alguns amigos também, que estavam numa situação parecida, que eles tinham que trabalhar para conseguir se manter na faculdade também. (E01)

Logo em seguida, os estudantes foram interrogados a respeito das empresas que atuam ou atuaram como estagiários. Conforme levantamento apresentado pela tabela abaixo, mais da metade dos estágios, foram realizados em organizações públicas, o que reforça a importância do novo projeto pedagógico ajustado em 2017. Uma vez que o setor público representa particularidades e muitas vezes não é possível utilizar as mesmas práticas e ferramentas do mercado privado sem as devidas adequações para tal realidade. É indispensável que o graduando em Administração tenha uma formação plural que

permita a inserção nas diversas áreas em que o profissional é requisitado. Como discutido por Pinto e Junior (2012) foi a partir da definição das diretrizes nacionais para o curso de Administração que o currículo mínimo deixou de ser adotado e as instituições de ensino adquiriram maior flexibilidade para definir seus planos pedagógicos levando em conta a realidade local e as demandas do mercado.

É possível notar que mesmo em períodos iniciais do curso ou na metade do mesmo, os estudantes já atuaram em uma ou mais organizações, sendo que as mais procuradas, são instituições do setor público, voltadas para as áreas de gestão e tecnologia.

Em relação às empresas privadas, as áreas de atuação mais comuns por parte dos atores entrevistados, compreendem áreas tais como, saúde, mineração, aço, eventos dentre outros (TAB 2).

Tabela 4 - Em qual (is) empresa (s) estagia (ou)

Respostas	Frequência
Empresa pública (gestão)	4
Empresa pública (tecnologia)	2
Empresa pública (segurança)	1
Empresa pública (rural)	1
Empresa privada (saúde)	1
Empresa privada (mineração)	1
Empresa privada (alimentação)	1
Empresa privada (aço)	1
Empresa privada (beleza)	1
Empresa privada (controle de pragas)	1
Empresa privada (eventos)	1

Outro aspecto importante que deve ser mencionado é a respeito das atividades desenvolvidas nos estágios, buscando correlacionar se as mesmas possuem ligação com a teoria que é lecionada em sala de aula.

Conforme vemos na tabela 3, nota-se que as atividades relacionadas ao marketing, são as mais citadas pelos estudantes. Além disso, atividades administrativas, de controle, elaboração de planilhas e atendimento telefônico, também fazem parte das rotinas desenvolvidas por esses estudantes em seus locais de estágio.

É possível observar, portanto, que nem sempre as atividades estão totalmente direcionadas as áreas de gestão de pessoas, administração financeira, administração da produção ou marketing. De acordo com as respostas apresentadas, as atividades

desenvolvidas por esses estudantes, tem um cunho administrativo e se assemelham aos cargos de assistente, auxiliar administrativo e até mesmo aos cargos de vendedores. O que se distancia, portanto, de atividades tais como, planejar, dirigir, organizar e controlar que estão diretamente ligadas ao trabalho do administrador e à tomada de decisão.

Tabela 5 - Atividades desenvolvidas

Respostas	Frequência
Marketing	3
Administrativas	1
Arquivos	1
Atendimento telefônico	1
Estoque	1
Comercial	1
Compras	1
Controle interno de processos	1
Finanças	1
Licitação	1
Logística	1
Planilhas	1
Reembolso de clientes	1
Vendas	1

Mais adiante, ao serem questionados sobre os motivos para se estagiar, a maioria dos entrevistados mencionou que é uma forma de adquirir experiência profissional, buscar um complemento de renda, além é claro, de ver na prática o que é visto na teoria em sala de aula.

Tabela 6 - Motivos para estagiar

Respostas	Frequência
Experiência profissional	6
Renda	3
Conciliar teoria e prática	2

De acordo com as falas de E04, E06 e E10, é possível notar que o desejo de adquirir experiência profissional e correlacionar a teoria de sala de aula com as atividades práticas vivenciadas nos estágios, são os principais motivos que os levam em busca dos estágios:

[...] eu estava achando a faculdade muito parada não estava tendo muito interesse nas coisas então eu preferi buscar estágio. (E04)

[...] na época eu queria experiência na área, porque no quinto período não tinha muita. Ia começar ainda as específicas. E aí eu não tinha visto muita coisa de administração aí eu quis mesmo para experiência. Aí depois eu já procurei uma coisa mais no ramo que eu gostava, que era comunicação e pessoas. (E06)

[...] eu nunca tinha feito estágio e estou quase terminando a faculdade e sair da faculdade sem estágio não é bom pro currículo. (E10)

Cabe destacar a partir da percepção apresentada por E04 o que foi discutido no referencial sobre a pluralidade dos componentes curriculares. A integração entre teoria e prática no contexto do curso de Administração da FACC/UFJF não deve se limitar à realização do estágio. O ambiente acadêmico oferece diversas oportunidades, como a participação em projetos de pesquisa, monitoria e treinamento profissional, além da participação em empresas juniores e projetos de extensão. Além disso, tal integração deve ser estimulada no próprio contexto da sala de aula através da realização de visitas técnicas e da participação de profissionais externos nas disciplinas ofertadas quando cabível.

Um outro aspecto importante a ser mencionado, diz respeito a aplicabilidade da teoria adquirida no curso e as atividades desenvolvidas no estágio. De acordo com os entrevistados, mais da metade, acredita que existe aplicabilidade da teoria recebida em sala de aula nas atividades realizadas por eles nos estágios.

De acordo com E07, é perfeitamente possível conciliar ambas:

[...] demais eu aprendi demais com que eu aprendi em sala, às vezes eu aprendia antes na empresa do que eu via em sala de aula, ajudava bastante, complementa muito. (E07)

Para E09 “bastantes conceitos de marketing, de vendas e de atração de clientes” são aplicados nos estágios, de acordo com os manuais de administração mercadológica existentes.

Todavia, boa parte discorda de que teoria e prática caminham juntas. E04 menciona que com a nova grade curricular isso ficou ainda mais distante, tendo em vista que o novo currículo busca um tratamento voltado para a gestão das ONGs, por exemplo.

[...] eu acho que ainda falta muita paridade no que é ensinado aqui e o que a gente faz no estágio. A rotina administrativa é muito diferente do que é demonstrado aqui, ainda mais com esse currículo novo acaba que a gente vê menos ainda coisas de empresas. A gente tá vendo mais agora, tanto num ambiente, tipo, tipo, é como fala? A gente tá vendo muita coisa de ONG, o que ONG realiza coisas assim sabe, eu acho que ainda falta ainda, tem que voltar pro foco das empresas. (E04)

A fala de E04 mostra um ponto a ser discutido no próprio contexto da faculdade e indica como a percepção do estudante é influenciada pelo contexto histórico de desenvolvimento dos cursos de Administração. O foco no mercado privado por tanto

tempo foi predominante na formação do administrador que os graduandos demonstram certa resistência à inclusão de conteúdos alternativos a esse cenário, ou seja, têm dificuldade de perceber a Administração Pública e de Organizações não-governamentais como cenários de prática para o administrador.

Do mesmo modo E06, E08 e E10 nos relatam das dificuldades em conciliar ambas:

[...] assim na gestão pública, é... eu não vi muita coisa. E lá eu trabalhei com prestação de contas e era uma coisa muito superficial, hoje em dia eu vejo mais, mas tem pouco tempo que eu tô na empresa também. (E06)

Tem muita matéria, por exemplo, coisa que eu aprendi no estágio que eu nem vi na faculdade, ou só vi na teoria, mas na prática ficou faltando e eu que poderia ter sido mais desenvolvido. (E08)

A eu vejo que administração é muito teórico né?! Aqui se você não passa, por exemplo, pela empresa Júnior você não tem uma vivência prática do que é administração mesmo. Aí o que eu vejo é que eu tenho uma rotina administrativa de... da empresa. Aí é isso que eu acho que mais se assemelha ao que a gente aprende no curso. (E10)

Logo em seguida os entrevistados foram questionados a respeito do olhar que tem sobre o curso, e se tal olhar sofreu alguma alteração, após iniciarem seus respectivos estágios.

De acordo com metade deles, ocorreu sim, uma mudança de visão, conforme nos mostra a tabela 6.

Tabela 7 - Mudança na visão do curso depois do estágio

Respostas	Frequência
Sim	5
Não	2
Um pouco	2
Cedo pra dizer	1

Segundo E02, E06, E07 a vivência do estágio tem auxiliado na fixação do conhecimento, além é claro de motivar em relação ao curso, tendo em vista que nos primeiros períodos o contato com as disciplinas funcionais é incipiente.

[...] eu consegui ver com novos olhos e tudo que eu conseguia, eu aprendia aqui na teoria eu conseguir relacionar com uma coisa mais físicas que eu consegui viver lá na empresa entendeu, aí é mais fácil. (E02)

[...] assim é o que eu vejo de teoria aqui na faculdade, na prática lá eu enxergo muita coisa na produção, na área de gestão de pessoas, como fala, teste de clima, avaliação de desempenho essas coisas. (E06)

[...] eu fiquei mais animado depois que eu comecei a fazer o estágio, assim quando eu fazia só faculdade eu não ficava muito animado não. (E07)

[...] porque a gente trabalha com a vivência da área diretamente né, a gente aprende o que agente ta estudando a gente ta aprendendo é no dia dia trabalhando isso aí pra me ajuda bastante por isso me anima. (E07)

Por outro lado, E03, E04, E08 e E09 comentam que a mudança ainda não é de todo satisfatória ou que nem mesmo ocorreu.

[...] a minha visão mudou um pouco porque é muito bom colocar em prática aquilo que a gente vê na teoria, mas ainda assim, falta muitas coisas para conseguir, tudo que eu aprendo colocar mesmo em pratica, porque nem tudo que eu faço na faculdade que, eu faço na faculdade é aplicado lá no trabalho. (E03)

[...] acho que ainda falta muita coisa para chegar ao que é ensinado no curso e o que a gente vê na empresa é bem diferente. (E04)

[...] porque muita coisa que eu apreendi lá que complementa aqui na faculdade. (E08)

[...] a gente começa a ver na prática, porque nem sempre o que a gente vive a gente entende o que ta estudando. (E09)

Por fim, e não menos importante, coube questionar qual a relação do estágio com a formação recebida por eles. De acordo com os mesmos, o estágio é responsável por agregar conhecimento, possibilita um complemento à teoria, além de ser extremamente importante na formação profissional e na experiência que pode gerar.

Para E04, as atividades de estágio “deveriam até ser uma coisa obrigatória. Porque pra gente não é mais obrigatório fazer estágio. E eu acho que deveria sair pelo menos com um ano no mínimo, de estágio, deveria ser obrigatório”.

É possível perceber, portanto, que para os estudantes, os estágios podem contribuir de modo satisfatório na formação. Pois atuam como um complemento do que é visto em sala de aula, tendo em vista que é possível conciliar teoria e prática, além é claro, de gerar desenvolvimento profissional para o mercado de trabalho, de acordo com os relatos de E01, E03, E04, E07, E08, E09 e E10.

Tabela 8 - Percepção do estágio em relação à formação

Respostas	Frequência
Agregar conhecimento	3
Prática como complemento da teoria	2
Formação profissional	2
Experiência	2

[...] o estágio vai te ajudar a entender em qual área você vai se encaixar melhor, qual área você vai gostar mais de trabalhar, e formação mesmo como profissional. Acho que o estágio dentro da minha formação ele me ajuda a aprender uma matéria de marketing quando começa a falar de plano estratégico, então algo muito teórico eu acabo tendo a postura de tentar trazer para minha realidade. Porque as coisas que eu vejo no dia a dia, e aí consigo preencher um pouco dessa lacuna entre teoria e prática que eu vejo aqui na faculdade. (E01)

[...] acho que vai ser uma experiência muito positiva porque primeiro é o primeiro estágio oficial que eu faço então vai contribuir para o meu certificado, experiência de trabalho e convivência no meio de trabalho também. (E03)

[...] acho que deveria até ser uma coisa obrigatória. Porque pra gente não é mais obrigatório fazer estágio. E eu acho que deveria sair pelo menos com um ano no mínimo de estágio deveria ser obrigatório. (E04)

[...] te ajuda a formar um bom profissional que só a faculdade não faz isso. (E07)

[...] ta complementando muito o que eu aprendi aqui e eu to vendo mais na prática, não só na teoria. (E08)

Eu aprendi muito como é trabalhar, o que, que eu posso fazer, onde eu posso chegar. (E09)

O como é uma empresa de renome, uma empresa que já ta a bastante tempo no mercado eu acho que pode me dar uma, no meu currículo, consta isso no meu currículo pode me ajudar muito no futuro. (E10)

Na seção a seguir, conclui-se a respeito dos objetivos levantados inicialmente, para realização deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o mercado de trabalho cada dia mais exigente e com a necessidade de capacitação, através de ferramentas, técnicas, experiências e aprendizados, torna-se muito importante, conciliar juntamente com o curso de graduação, atividades extracurriculares, tais como, projetos de extensão, monitoria, projetos de pesquisa, treinamento profissional, atividades voluntárias, empresa júnior, e claro, atividades de estágio.

Levando em consideração que tais ferramentas colocam a frente, no mercado de trabalho, profissionais preparados e capacitados, buscou-se compreender por meio deste trabalho, qual a relação entre a formação do administrador na FACC/UFJF e o estágio não obrigatório.

No intuito de encontrar algumas respostas pertinentes para o questionamento feito neste trabalho, buscou-se através da literatura disponível, entender a respeito do processo histórico do curso de administração no Brasil, bem como, do projeto curricular do curso de administração da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e suas diretrizes de estágio.

A partir das análises realizadas, conforme os discursos dos estudantes de graduação entrevistados e retomando os objetivos propostos inicialmente para este trabalho, foi possível concluir de maneira geral, que em boa medida, os objetivos foram respondidos.

No que compete ao alcance do mapeamento das áreas onde os estágios são realizados, foi possível observar que a quantidade de estagiários no setor público é mais expressiva do que em relação ao setor privado. Nota-se que as áreas de atuação estão relacionadas a saúde, mineração, eventos e outros.

Em relação ao segundo objetivo proposto, as atividades realizadas pelos estagiários nas organizações em que atuam são de natureza administrativa, arquivamento, estoque, atendimento telefônico, compras, desenvolvimento e elaboração de planilhas, vendas etc. Tais atividades se assemelham em boa medida, às atividades relacionadas aos cargos de assistente e auxiliar administrativos ou até mesmo cargos de vendedores. Deste modo, os estagiários acabam por não ter um papel mais complexo no apoio à tomada de decisão, uma das principais tarefas do administrador, o que pode parecer um indicativo de mão-de-obra barata para as empresas.

No comparativo proposto acerca do que é realizado no estágio não obrigatório e o que propõe a formação curricular do administrador na FACC, de acordo com a percepção

dos discentes, nota-se que a maioria das atividades desenvolvidas por eles estão ligadas de modo geral à área administrativa. Destoa-se apenas, por atividades voltadas para atendimento, como por exemplo, o atendimento telefônico ou vendas.

Embora não seja muito claro, para os estudantes, que as rotinas desenvolvidas por eles em seus postos de estágio não estejam ligadas diretamente às atividades desenvolvidas por administradores, é possível perceber, a partir do olhar desses atores, que o estágio é de extrema importância, pois atua de forma considerável na formação e preparação dos futuros profissionais para o mercado de trabalho, auxiliando na conciliação da teoria e prática, além é claro, de atuar também, como mantenedor da saúde financeira de boa parte dos estudantes, tendo em vista que muitos procuram os estágios como forma de permanência na graduação.

Conclui-se, portanto, que apesar do estágio não estar diretamente relacionado às atividades de um gestor, ele é importante para garantir a permanência dos estudantes na graduação. Deste modo, cabe aos discentes uma compreensão da necessidade de verificar as empresas que atuam, no intuito de verificar se as atividades desenvolvidas pelos mesmos estão de acordo com as diretrizes curriculares do curso, com a finalidade de evitar que distorções ocorram na sua formação.

Tal acompanhamento possibilita que a prática possa caminhar junto com a teoria disponibilizada em sala de aula, permitindo que o processo de formação destes estudantes seja o mais rico possível e que bons profissionais estejam sendo formados para atuação nas mais diversas organizações.

Este trabalho é um pequeno panorama acerca da situação de estágio em Administração, realizado por alguns discentes da FACC/UFJF. Apresentou a visão de um grupo de alunos matriculados no curso que estão desenvolvendo alguma atividade de estágio, no intuito de identificar, com maior ênfase, a relação entre a formação do administrador na FACC/UFJF e o estágio não-obrigatório, na tentativa de possibilitar um diálogo maior entre academia e mercado, de modo que o trabalho desenvolvido pelos discentes seja orientado ao currículo proposto pelo curso, gerando, portanto, maior aprendizado aos discentes e melhores resultados para as empresas.

Como estudos futuros sugerimos trabalhos que pudessem mapear esta relação com maior profundidade ou com um maior *corpus* de pesquisa, além de estudos que levantassem dados sobre os egressos da faculdade, a fim de melhor compreender o papel do estágio na formação de seus alunos.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. R.; LAGEMANN, L.; SOUZA, S. V. A. A importância do estágio supervisionado para a formação do administrador. In: XXX ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ANPAD. Anais... Salvador: 2006. CD-ROM.

BARDIM, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL, **DECRETO Nº 87.497**, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm>. Acesso em: 30 de out. de 2017.

BRASIL, **LEI Nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41 de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em: 30 de out. de 2017.

BRASIL, **LEI Nº 6.494**, de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6494.htm>. Acesso em: 30 de out. de 2017.

BRASIL. Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Portal da Câmara dos Deputados. Presidência da República. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>> Acesso em: out. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4769.htm>. Acesso em: out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2005: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: out. 2017.

COELHO, F.S. Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre o ensino de administração pública — em nível de graduação — no Brasil. Tese (doutorado) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

Conselho Federal de Administração – CFA. Disponível em <<http://www.cfa.org.br/administracao/sobre-a-profissao>>. Acesso em: out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. 50 anos que fizeram história: jubileu de ouro: Sistema CFA/CRAs. Brasília, DF. 2.ed. 2015, 300p.

FACC. COE – **Comissão Orientadora de Estágio**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facc/ensino/graduacao/administracao/coe/>>. Acesso em: 30 de out. de 2017.

FACC. História. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facc/institucional/historia/>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

FACC. Projeto Pedagógico de Curso – Bacharelado em Administração (Modalidade Presencial). UFJF, 2014, 96p.

FESTINALLI, Rosane Calgaro; CANOPF, Liliane; BERTUOL, Ornella. Estágio Supervisionado em Administração: **reflexões de sua contribuição para a formação profissional**. Revista Faz Ciência, v. 9, n. 9, p. 299-322, jan./jul. 2007.

FISCHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. Revista de Administração de Empresas, v. 24, n. 4, p. 278-288, 1984.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995.

KERCH, Aline Louise. A Administração no Brasil: Refletindo Sobre Cursos, Currículos e Formação do Administrador. XVI Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. Universidade de Caxias do Sul. p. 1-15, 2016.

LOPES, Paulo da Costa. Reflexões sobre as bases da formação do administrador profissional no ensino de graduação. Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, v. 26, p. 1-16, 2002.

NICOLINI, Alexandre. A trajetória do ensino de administração analisada por um binóculo institucional: lições para um novo caminho. XXVIII Encontro da ANPAD. Curitiba/PR, p.1-14, 2004.

NICOLINI, Alexandre. Qual será o futuro das fábricas de administradores? RAE, v. 43, n. 2, abr./mai./jun., p. 44-54, 2003.

PINTO, Vera Regina Ramos; JUNIOR, Mario Divo Motter. Uma abordagem histórica sobre o ensino da administração no Brasil. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 6, n. 4, p. 1-28, 2012.

PIZZINATTO, Nadia Kassouf. Ensino de Administração e o Perfil do Administrador: Contexto Nacional e o Curso de Administração da UNIMEP. Revista Impulso, v. 11, n. 26, p. 173-189, 1999.

SINDAECE. Conheça a história da Profissão de Administrador. Boletim SINDAECE: 2.ed, mar. 2015.

STORCK, Vera Suely. Natas para a história da administração brasileira: origens e desenvolvimento. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 57-62, set. 1983.

VIZEU, F. Management no Brasil em perspectiva histórica: o projeto do Idort nas décadas de 1930 e 1940. 2008. Tese de Doutorado em Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

WAHRLICH, B. M. S. A Reforma Administrativa no Brasil: experiência anterior, situação atual e perspectivas – uma apreciação geral. Revista de Administração Pública, jan./mar. 1984.

WAHRLICH, B. M. S. O papel da EBAP no ensino da Administração Pública. Revista EBAP, jan./mar. 1965.

YIN, Robert K.. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

O Colegiado do Curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora resolve instituir o Regulamento de Estágio (não obrigatório) para o Bacharelado em Administração que passa a contar com a seguinte redação:

CAPITULO I DA FINALIDADE

Artigo 1º - O estágio não é componente curricular obrigatório à obtenção do título de Bacharel em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Artigo 2º - A finalidade do estágio é proporcionar ao discente condições de aperfeiçoamento pessoal, sociocultural, acadêmico e profissional por meio de sua integração ao mercado de trabalho.

Artigo 3º - As atividades relativas ao estágio devem ser desenvolvidas em um contexto diretamente associado às diretrizes curriculares do Bacharelado em Administração.

Artigo 4º - São objetivos do estágio:

- i. Viabilizar ao discente participação efetiva, sob supervisão, em um ambiente de trabalho, oportunizando a aprendizagem a partir de experiências práticas em administração;
- ii. Fomentar o desenvolvimento do espírito crítico do discente em relação ao ofício de Administrador;
- iii. Aproximar o discente de atividades próprias da profissão de Administrador, para que este se familiarize com funções gerenciais, como planejamento, organização, direção e controle;
- iv. Favorecer a integração do meio acadêmico como organizações públicas e privadas;
- v. Contribuir para o aprimoramento de processos nas unidades concedentes do estágio.

CAPITULO II DA COMISSÃO ORIENTADORA DE ESTÁGIOS

Artigo 5º - No âmbito do Bacharelado em Administração, a Comissão Orientadora de Estágios (COE) representa uma comissão de trabalho permanente do Colegiado, sendo integrada por dois docentes titulares e um suplente, todos eleitos pelo Colegiado do Bacharelado em Administração.

Artigo 6º - Os membros da COE serão designados pelo Colegiado e irão exercer suas funções por um período de dois anos. Titulares e suplentes poderão ser reconduzidos ao cargo, uma única vez.

CAPITULO III DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 7º - Integram o processo de planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação das atividades de estágio a Comissão Orientadora de Estágios (COE), os professores orientadores e os discentes estagiários.

Artigo 8º - São atribuições da Comissão Orientadora de Estágios:

- i. Disponibilizar aos discentes, professores orientadores e demais interessados este regulamento, bem como a legislação que rege o estágio não obrigatório;
- ii. Prestar informações, em harmonia com a Coordenação de Estágios da UFJF, sobre os procedimentos para estabelecimento de convênios, termos de compromisso e planos de atividades de estágio;
- iii. Centralizar e divulgar oportunidades de estágio;
- iv. Deliberar sobre problemas administrativos e disciplinares ocorridos no processo de estágio;
- v. Deliberar sobre solicitações de discentes e professores orientadores;
- vi. Elaborar orientações complementares a este regulamento e propor alterações neste instrumento ao Colegiado do Bacharelado em Administração.

Artigo 9º - São atribuições dos professores orientadores:

- i. Orientar discentes na elaboração do plano de estágio;
- ii. Analisar e aprovar o plano de estágio apresentado pelo discente;
- iii. Acompanhar o desenvolvimento das atividades do plano de estágio;

- iv. Avaliar os relatórios de estágio, emitindo parecer, por ocasião dos pedidos de flexibilização curricular;
- v. Propor à COE melhorias no processo de gestão e supervisão de estágios.

Artigo 10º - São atribuições dos discentes estagiários:

- i. Conhecer e cumprir as determinações do regulamento de estágio e da legislação pertinente;
- ii. Realizar contato prévio com o professor orientador e submeter seu nome à COE do Bacharelado em Administração;
- iii. Desempenhar as atividades de estágio conforme estabelecido no plano de estágio;
- iv. Manter discrição em relação às informações a que tiver acesso na organização concedente do estágio;

CAPITULO IV DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Artigo 11º - Os discentes somente poderão realizar estágios não obrigatórios a partir do 3º período letivo, desde que tenham cursado, com aproveitamento, todas as disciplinas dos períodos anteriores. Essa exigência será mantida, independentemente da carga horária integralizada pelo discente candidato ao estágio.

Artigo 12º - A renovação dos estágios estará condicionada à manutenção ou melhoria do Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) do discente, que deverá ser objeto de análise da COE;

Artigo 13º - Serão admitidas exceções aos dois artigos anteriores, desde que comunicadas e justificadas ao Colegiado pela COE.

CAPITULO V DOS PEDIDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Artigo 14º - Os discentes que realizarem estágios não obrigatórios poderão solicitar, por meio de flexibilização, o cômputo de horas para integralização curricular. Cada módulo de 300 horas de estágio permitira a flexibilização de 30 horas. O máximo de horas a integralizar por meio de estágios não obrigatórios são 60 horas.

Artigo 15º - Para solicitação de flexibilização curricular o discente deverá apresentar à Coordenação do Bacharelado em Administração: a) um relatório, com cerca de 10 páginas, sobre a experiência de estágio (que contenha o histórico da organização cedente,

a descrição detalhadas de atividades desempenhadas e uma reflexo sobre competências, habilidades e atitudes desenvolvidas); b) uma declaração da organização cedente atestando as horas de estágio e c) uma solicitação de flexibilização curricular, datada e assinada pelo discente.

CAPITULO VI DA CONCLUSÃO DO ESTÁGIO

Artigo 16º - O discente estagiário desvincula-se da unidade concedente após cumprir, com aproveitamento, as etapas e a carga horária previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

Artigo 17º - Os estágios não obrigatórios serão considerados extintos quando:

- i. O discente estagiário efetivar-se como empregado;
- ii. A COE relatar não aproveitamento do estágio, tendo em vista sua finalidade;
- iii. O discente estagiário renunciar à atividade de modo formal;
- iv. A unidade concedente comunicar a rescisão do termo de compromisso (ou o seu equivalente);
- v. Ocorrer descumprimento do termo de compromisso, tanto pela concedente quanto pelo discente estagiário.

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 18º - São nulos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar este regulamento.

Artigo 19º - No caso de alunos que venham transferidos de outras instituições, prevalecerá o disposto neste regulamento.

Artigo 20º - Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pela COE e, em última, pelo Colegiado do Curso de Administração.

Artigo 21º - Este regulamento entrará em vigor a partir da sua aprovação pelo Colegiado do Bacharelado em Administração.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Qual sua idade?
2. Qual é o seu período?
3. Ano de ingresso no curso?
4. Em qual período você começou a estagiar?
5. Em quais empresas você estagiou ou estagia atualmente?
6. Por que você começou a estagiar?
7. Você acredita que aplica no estágio o que aprende em sala de aula? Explique.
8. Sua visão sobre o curso mudou após o seu primeiro estágio? Explique.
9. Qual a sua percepção sobre o estágio em relação à sua formação?